



Peluso viaja por quinze dias; Policarpo quer que Ayres Britto e Lewandowski garantam agilidade. No Congresso, orçamento de 2011 ganha acréscimo e relator promete incluir reajuste dos servidores

Sindicato cobra ações imediatas pelo PCCR

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, reuniu-se ontem (dia 4) com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Alcidez Diniz, e cobrou ações imediatas para o andamento do PCCR.

Policarpo solicitou ao diretor do STF que fosse marcada, o mais rápido possível, uma audiência com o ministro Cezar Peluso e o presidente Lula para tratar da aprovação do PL 6613.

O presidente do STF reafirmou em várias ocasiões o compromisso que firmou com o presidente da República em relação à aprovação do projeto após as eleições, garantindo o reajuste dos servidores para o próximo ano.

Peluso, porém, viaja nesta sexta (dia 5) e fica fora do Tribunal por quinze dias. A ideia é que o ministro Ayres Britto, vice-presidente do STF, e o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do TSE, fiquem responsáveis pelo andamento do PCCR e garantam a agilidade na definição do assunto.

"Não podemos esperar mais quinze dias para começar a agir. Existe um compromisso e ele tem que ser cumprido", afirmou Policarpo. O diretor-geral Alcidez Diniz garantiu que conversaria ainda ontem com o presidente do STF sobre as preocupações da categoria.

Por meio de ofício, o Sindjus solicitou formalmente a realização de uma audi-



Policarpo fala com o diretor-geral do STF e pede pressa: "Não podemos mais esperar"

ência com o ministro Cezar Peluso, para intensificar a cobrança da aprovação do PL e pedir ao ministro um posicionamento assertivo sobre o assunto (veja no verso). O coordenador do Sindicato reforçou a necessidade de rapidez nessa definição.

"Não podemos deixar para Dilma a decisão da aprovação. Temos que cobrar do Lula, pois é dele o compromisso. Nosso plano tem que ser aprovado e nós não podemos aceitar mais alterações, principalmente redução dos valores propostos", disse Policarpo.

O Sindjus está empenhado também em assegurar que a previsão do reajuste seja incluída no orçamento de 2011, em tramitação no Congresso. Houve especulações sobre corte de gastos ainda este ano, para poupar Dilma de "medidas impopulares" no começo de seu governo. Isso trouxe um clima de insegurança à categoria, mas os rumores foram desmentidos por Lula. E o relator do orçamento, senador Gim Argello, reiterou a Policarpo que pretende atender a reivindicação do Sindicato (veja na próxima página).

Mesmo desmentidas, notícias trazem insegurança à categoria

"Nós não temos, pela frente, medidas impopulares. Não há necessidade", declarou o presidente Lula ao desmentir rumores publicados pela imprensa nos últimos dias, segundo os quais o governo iria baixar medidas de corte de gastos ainda este ano, para poupar o início da gestão de Dilma Rousseff.

"Notícias de que o governo não iria cumprir o acordo feito com o Judiciário foram desmentidas, mas mesmo assim comecem a nos deixar preocupados. Até o momento o posicionamento do Judiciário tem sido no sentido de que há um acordo e que ele será cumprido", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. "Ao que tudo indica, houve uma confusão entre as projeções da imprensa com medidas de governo", disse.

Ao contrário do que se especulou, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) aprovou nesta quarta (dia 3) um acréscimo de R\$ 17,7 bilhões à proposta de orçamento para o próximo ano. E, segundo nota publicada no *Estadão.com* no dia seguinte, um dos pedidos que o relator do orçamento, senador Gim Argello, pretende atender é do reajuste dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

A notícia confirma o que o senador disse ontem, por telefone, ao coordenador-geral do Sindjus: que há "muitas resistências", mas que ele vai atender a reivindicação dos servidores. Policarpo reuniu-se com Argello na última sexta, dia 29, para assegurar a inclusão de verbas para o reajuste no orçamento de 2011.



Argello, relator do orçamento: "Resistências"

"O MOMENTO É DE AÇÃO" – Sindjus solicita formalmente audiências com os ministros Peluso e Lewandowski, para cobrar um posicionamento assertivo pela aprovação do PCCR

Sindjus Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF)

Ofício nº 493/SINDJUS/DF

Brasília, 4 de novembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Cezar Peluso
Presidente do Supremo Tribunal Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) vem, por meio deste documento, cobrar o cumprimento do acordo firmado entre os presidentes Lula, Lewandowski e Vossa Excelência referente à aprovação imediata do PL 6613/09, que trata da revisão da Lei 11.416/06.

A justificativa de que a agenda eleitoral impedia o andamento das negociações foi aceita pela categoria, que como contrapartida exige respeito em relação ao que fora acordado anteriormente.

No entanto, findado o processo eleitoral, não há quaisquer impedimentos políticos que adiem a construção de uma solução efetiva em torno da aprovação desse projeto que começou a ser discutido com autoridades do Poder Judiciário em 2008.

Não há mais espaço para adiamentos ou discussões teóricas. O momento é de ação.

Os servidores exigem um calendário de ações em prol da aprovação imediata do PCCR. Contudo, o clima de tensão aumenta à medida que o Poder Judiciário se cala diante das notícias divulgadas pela imprensa de que Lula não faria aprovar o reajuste em questão.

Dessa forma, o Sindjus solicita uma audiência com Vossa Excelência para tratar da construção de uma agenda em prol da aprovação do PCCR.

Respeitosamente,

ROBERTO POLICARPO FAGUNDES
Coordenador-Geral

Sindjus Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF)

Ofício nº 494/SINDJUS/DF

Brasília, 4 de novembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Brasília-DF

Senhor Presidente,

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) vem, por meio deste documento, cobrar o cumprimento do acordo firmado entre os presidentes Lula, Peluso e Vossa Excelência referente à aprovação imediata do PL 6613/09, que trata da revisão da Lei 11.416/06.

A justificativa de que a agenda eleitoral impedia o andamento das negociações foi aceita pela categoria, que como contrapartida exige respeito em relação ao que fora acordado anteriormente.

No entanto, findado o processo eleitoral, não há quaisquer impedimentos políticos que adiem a construção de uma solução efetiva em torno da aprovação desse projeto que começou a ser discutido com autoridades do Poder Judiciário em 2008.

Não há mais espaço para adiamentos ou discussões teóricas. O momento é de ação.

Os servidores exigem um calendário de ações em prol da aprovação imediata do PCCR. Contudo, o clima de tensão aumenta à medida que o Poder Judiciário se cala diante das notícias divulgadas pela imprensa de que Lula não faria aprovar o reajuste em questão.

Dessa forma, o Sindjus solicita uma audiência com Vossa Excelência para tratar da construção de uma agenda em prol da aprovação do PCCR.

Respeitosamente,

ROBERTO POLICARPO FAGUNDES
Coordenador-Geral